

Epidemiologia da esquistossomose mansônica em Alagoas, nos anos de 2011 a 2015

Any Caroline da S. Alves¹; Elivia C. Muniz¹; Alyne Suellen S. Pedrosa¹; Danielle Karla A. Feitosa¹; Isabel P. B. T. Pereira¹; Isis H. P. Vilela¹; Anna Cristina de F. C. B. Lima²

¹Acadêmica do curso de medicina do Centro Universitário Tiradentes (UNIT), 57038-000 Maceió, AL, Brasil. Email: caroliinealvs@outlook.com. ² Professora Auxiliar na matéria de Bases do Diagnóstico Humano I, da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL, Professora de Habilidades Clínicas do Centro Universitário Tiradentes (UNIT) e Tutora da Liga Alagoana de Cirurgia Plástica (LACP), 57038-000 Maceió, AL, Brasil.

A esquistossomose mansônica é uma parasitose encontrada em diversas regiões tropicais do globo. No Brasil, a região Nordeste possui alta endemicidade, sendo Alagoas um estado com alta prevalência da doença. Vários condicionantes são fatores de risco para disseminação e transmissão dessa moléstia, tais como saneamento básico inadequado, condições ambientais, socioeconômicas, nível de escolaridade e informação da população, e demografia local. Em vista disso, este trabalho teve por objetivo investigar a prevalência da esquistossomose mansônica nos municípios alagoanos no período de 2011 a 2015. A metodologia utilizada baseou-se na análise de dados fornecidos pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), e utilizou-se as variáveis: quantidades de exames realizados, de amostras fecais positivas, proporção de pacientes tratados, e carga parasitária. No período analisado foram realizados 832.652 exames parasitológicos de fezes, destes 6,55% deram positivos. Porém, ao analisar-se o número de casos confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), foram registrados apenas 195 casos nesse período, o que representa apenas 0,35% do total de exames positivos. Com relação a carga parasitária, observou-se que 71,77% dos pacientes apresentam baixa carga parasitária e 5,96%, alta carga parasitária. Por fim, acerca do tratamento da amostra analisada, viu-se que apenas 67,45% dos pacientes foram tratados. Conclui-se que a subnotificação dos casos de esquistossomose mansônica é um problema de saúde pública no estado, da mesma forma que o não tratamento de todos os infectados. A alimentação contínua do SINAN é necessária em vista do planejamento e implementação de ações, principalmente, na atenção primária. Além disso, é importante também que haja condições sanitárias básicas, educação e informação para a população de modo que essa participe de forma ativa no controle dessa morbidade.

Palavras-chave: esquistossomose, Alagoas, epidemiologia.